

ARTIGO

# ANÁLISE CRÍTICA DO PENSAMENTO JORNALÍSTICO DE JOSÉ MARQUES DE MELO



FRANCISCO RÜDIGER

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil*

ORCID: 0000-0002-1859-5394

OTÁVIO DAROS

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil*

ORCID: 0000-0003-0738-8207

DOI: 10.25200/BJR.v16n2.2020.1272

Recebido em: 11/11/2020

Desk Review em: 25/01/2020

Editor do Desk Review: Claudia Lago

Revisado em: 05/03/2020

Aceito em: 11/05/2020

**RESUMO** – Figura pioneira no campo, José Marques de Melo marcou posição nos estudos sobre jornalismo no Brasil, sem ter pretendido deixar reflexão sistemática a respeito do assunto. Procedemos neste artigo à reconstrução racional do que seria sua teoria do jornalismo para, no fim, emitir juízo crítico sobre seu significado intelectual e seus limites epistemológicos. Argumentamos que suas ideias se enquadram no que se chamará aqui de liberal-desenvolvimentismo. Em conclusão, afirmamos que a falta de maior ressonância científica e intelectual de sua obra é fruto das incompatibilidades e contradições do referido ideário com a formação histórica da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** José Marques de Melo. Estudos de jornalismo. Teoria do jornalismo. Pensamento brasileiro. Liberal-desenvolvimentismo.

## CRITICAL ANALYSIS OF JOSÉ MARQUES DE MELO'S JOURNALISTIC THINKING

**ABSTRACT** – A pioneer figure in the field, José Marques de Melo gained justified fame in journalism studies in Brazil, without elaborating upon a systematic reflection on the subject. In this article, we proceed to the rational reconstruction of what would be his journalism theory, in order to develop a critical judgment about its intellectual meaning and epistemological limits. We argue that his ideas are part of what will be referred to here as liberal-developmentalism. In conclusion, we affirm that the lack of greater scientific and

intellectual resonance in his work is the result of the incompatibilities and contradictions of this kind of thinking with the historical formation of Brazilian society.

**Key words:** José Marques de Melo. Journalism studies. Journalism theory. Brazilian thought. Liberal-developmentalism.

## ANÁLISIS CRÍTICO DEL PENSAMIENTO PERIODÍSTICO DE JOSÉ MARQUES DE MELO

**RESUMEN** – Figura pionera en el campo, José Marques de Melo marcó posición en los estudios de periodismo en Brasil, sin haber tenido la intención de elaborar una reflexión sistemática sobre el tema. En este artículo, procedemos a la reconstrucción racional de lo que sería su teoría del periodismo para, al final, emitir un juicio crítico sobre su significado intelectual y sus límites epistemológicos. Argumentamos que sus ideas caen dentro de lo que aquí se llamará liberal-desarrollismo. En conclusión, afirmamos que la falta de mayor resonancia científica e intelectual en su trabajo es resultado de las incompatibilidades y contradicciones de esa idea con la formación histórica de la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** José Marqués de Melo. Estudios de periodismo. Teoría del periodismo. Pensamiento brasileño. Liberal desarrollismo.

### 1 Introdução

José Marques de Melo (1943–2018) foi, entre os nomes pioneiros, um dos mais significativos na consolidação do jornalismo como objeto de estudo acadêmico no Brasil. Discípulo do precursor Luiz Beltrão, ele inseriu e difundiu a matéria nos meios universitários, desde o ponto de vista cuja pretensão era ser simultaneamente brasileiro e latino-americano. Salientando-se pela capacidade de liderança, atuou por várias décadas nas Universidades de São Paulo e Metodista de São Bernardo do Campo, onde, a partir de 1996, passou a dirigir a Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.

Figura ilustre no campo de estudos em comunicação no Brasil (Gobbi, 2010), ele veio do jornalismo e, em que pese tê-lo inserido naquele campo, ao jornalismo terminaria reconhecendo autonomia acadêmica nos anos finais de carreira. Natural do estado do Alagoas, começou a escrever para os jornais aos 15 anos, influenciado pela militância nos movimentos católicos da juventude. Graduado em Jornalismo e Direito pelas, respectivamente, Universidade Católica

e Universidade Federal de Pernambuco (1964/1965), cedo começou a dedicar-se à pesquisa, sob orientação de Luiz Beltrão, criador do primeiro centro acadêmico de estudos da área: o Instituto de Ciências da Informação, na Universidade Católica, em 1963 (Marques de Melo, 2000). Tendo participado do governo Miguel Arraes, derrubado pelo golpe militar de 1964, Marques de Melo saiu do país em 1965, para pós-graduar-se no Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), fundado em Quito, com ajuda da Unesco, em 1959. De retorno ao Brasil, migrou para o sul, encaixando-se como docente na recém-fundada Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), onde recebeu a incumbência de, com colegas, criar o Departamento de Jornalismo, em 1967.

Primeiro acadêmico brasileiro a doutorar-se em Jornalismo (Marques de Melo, 1973; Sousa, 2018), tornou-se, entretanto, alvo de perseguição política durante o Regime Militar, sendo exonerado do cargo após terminar estudos de pós-doutorado na Universidade de Wisconsin, em Madison, Estados Unidos (1973–1974). Proibido de lecionar em universidades públicas, retomou o ensino em escolas privadas, notadamente a Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, até ser anistiado e recuperar seu posto de trabalho na USP (Marques de Melo, 2012b). Aposentado na Universidade de São Paulo em 1993, Marques de Melo seguiu trabalhando na Cátedra Unesco até ser forçado a parar devido à doença degenerativa, que o levou a morte em 2018. Interessa-nos no presente artigo analisar apenas sua contribuição teórica aos estudos sobre jornalismo, estando fora de questão examinar sua obra institucional. Indiscutivelmente meritória, esta foi já sobejamente tratada por vasta literatura, começando pela série *Fortuna Crítica* (Aragão et al., 2013, 2015). Falta que se sente e que este estudo, abordando o tema do jornalismo, pretende começar a tratar diz respeito a seu significado intelectual, concerne às contribuições científicas por ele dadas às várias áreas formadoras do campo acadêmico de estudos da comunicação.

Marques de Melo difundiu a mentalidade da pesquisa científica no Brasil de acordo com o espírito ciespalino, encaixando o jornalismo na área de estudo da Comunicação (Marques de Melo, 1970). Revisando o entendimento, todavia, acabou mais tarde se pronunciando contra a redução, por ter levado o jornalismo “à perda da identidade profissional e à descaracterização como campo

do conhecimento” (Marques de Melo, 2003, p. 190)<sup>1</sup>. Influenciado pelos autores de referência do Ciespal, aprendeu o autor com Jacques Kayser os métodos de estudo comparado e análise de conteúdo morfológica da imprensa, a ponto de se tornar seu introdutor e, por anos, a principal autoridade no Brasil (Marques de Melo, 1972; Ferreira, 2013). Vindo se tornar professor da Universidade de São Paulo, todavia impôs-se à sua agenda também pensar e discutir a questão da imprensa e informação, o alcance e significado políticos do jornalismo no desenvolvimento da sociedade brasileira.

*Sociologia da imprensa brasileira* (1973), apresentada originalmente como a primeira tese de Jornalismo defendida em universidade do país, serve de marco inicial para entender o movimento que prosseguiria nos anos seguintes, até o autor conferir guinada memorialística a seus trabalhos sobre jornalismo, no início dos anos 2000. Nessa última etapa, viria a lhe caracterizar a obra o emprego predominantemente retórico do procedimento classificatório, objetivando reunir e conceituar informações sobre ideias e autores formadores de, o que ele, como confesso historiador, chamou de pensamento jornalístico brasileiro (Marques de Melo, 2006).

Opondo-se ao que julgava ser teorização político-ideológica sobre a matéria, Marques de Melo se inseriria, segundo seus próprios termos, na corrente “crítico-profissional”: esta “cuja constante [seria] oferecer contribuições para vislumbrar a identidade acadêmica do jornalismo” (Marques de Melo, 2006, p. 33). Discutiremos à frente esse juízo como ideologia, visto as ideias do autor, em nossa análise, extrapolarem o marco acadêmico, não ser de todo certo afirmar que, em seu ver, “nos estudos jornalísticos, o jornalismo deve ser, antes de mais, pensado a partir do próprio jornalismo” (Sousa, 2010, p. 56).

Marques de Melo escreveu prolificamente sobre inúmeras temáticas da área acadêmica da Comunicação mas, salvo um ou outro esboço (Marques de Melo, 1985, pp. 57–71, por exemplo), não elaborou teoria sobre o jornalismo de cunho específico e sistemático<sup>2</sup>. Examinando sua bibliografia, não há nada que, por exemplo, se assemelhe a *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*, de Luiz Beltrão (1960), ou *O Segredo da Pirâmide*, de Adelmo Genro Filho (1987). Isto significa que não haja como examinar o assunto? Argumentamos que não, que análise mais detalhada de sua obra permite reconstruir racionalmente, se não teoria, ao menos uma doutrina ou pensamento acerca do jornalismo.

Aproximando-se do final de carreira, o autor se tornou objeto de copiosa literatura cuja concepção, no entanto, tem sido

predominantemente comemorativa. Por exemplo, nos quatro volumes da coleção *Fortuna Crítica de José Marques de Melo* (Aragão et al., 2013, 2015), mais de duas mil páginas no total, escritas por dezenas de acadêmicos brasileiros, é flagrante a falta de exame epistemológico e discussão crítica da obra científica e filosófica do autor. Seguem na mesma linha as coletâneas organizadas por Maria Cristina Gobbi (2001) e Antônio Hohlfeldt (2010). A abordagem é invariavelmente informativa, com muitos textos beirando o relato hagiográfico. Por sua vez, Sergio Mattos publicou a biografia mais completa e elaborada até o momento, mas não nos parece que tenha logrado, como pretendia, apresentar o tema “numa perspectiva crítica” (2014, p. 20). Em muitos trechos anedóticos, seu relato se limita, como reconheceu ao final do livro, a “identificar o homem por trás da obra” (p. 302).

Em termos menos laudatórios, puxando um pouco mais para a análise, pudemos verificar que quem mais avançou foi Giovandro Ferreira, responsável por um exame formal das contribuições de Marques de Melo aos estudos de análise de conteúdo no Brasil (2013). Apesar da intenção de refletir sobre a obra, Jorge Pedro Sousa não foi além do registro de seus estágios de desenvolvimento e da descrição pormenorizada de seus resultados (Sousa, 2010, 2018). Fora estes, parece não haver mais trabalhos de cunho analítico, reforçando a impressão de que também não existam estudos interpretativos sobre a obra do erudito brasileiro. Sendo assim e não havendo mais o que tratar no registro historiográfico, pretende-se, pois, com este artigo, promover uma mudança de patamar na recepção do trabalho acadêmico do autor; assumir uma atitude ao mesmo tempo crítica e analítica, cujo objetivo, em síntese, é elaborar um juízo histórico-hermenêutico sobre a formação e limites de suas ideias.

Avançando em relação ao exame da sua coerência empírico-analítica, defendido pela filosofia da ciência positivista, Jürgen Habermas (1990) preconiza que, submetidas à análise histórico-hermenêutica, as teorias também podem ser alternativamente: a) restauradas, isto é, reapresentadas documentalmente em sua originalidade; b) revisadas, isto é, atualizadas de modo a poderem fazer frente a novas circunstâncias; e c) reconstruídas, isto é, reordenadas de modo a seguirem cumprindo suas tarefas sem prejuízo. Marques de Melo não se propôs a apresentar e, por isso, não nos legou uma teoria pronta, supostamente acabada a respeito do jornalismo; isto todavia não significa que, senão uma teoria,

pelo menos um pensamento jornalístico não possa ser descoberto ou revelado, isto é, extraído e sistematizado racionalmente de sua obra, como já se fez, por exemplo, com o espólio de Max Weber (Roth & Schluchter, 1979; Mommsen, 1981).

Metodologicamente significa que não se trata, no que segue nem de uma análise do discurso, nem de sistematização de informações, mas de hermenêutica histórico-reflexiva de sua obra cujas bases se apoiam nas doutrinas de Jürgen Habermas e Paul Ricœur (ver ainda Goldmann, 1978). Nesse sentido, ponto de partida do estudo, sem dúvida, é a noção de obra, conforme a define o último pensador. De acordo com ele, obra seria a totalidade formada por um conjunto de textos a quem se atribui ou se reconhece uma autoria (Ricœur, 1977, p. 49). Apreendê-la significa captar a relação entre um sujeito, sua situação e o projeto supostamente proposto neste conjunto. Por isso, o foco do estudo não está na interioridade do nome com que se identifica o primeiro termo, o que seria um estudo psicológico, assim como não está na situação em que se insere, o que o reduziria à sociologia.

Assumindo o primeiro como referência e o segundo como fator de interferência, a tarefa consiste antes em examinar o conteúdo e questionar o alcance das propostas teóricas contidas no texto, desde o ponto de vista que o analisa e diagnostica como projeto em um dado contexto. “A obra cria para si uma audiência”, na medida em que se desprende de seu autor e contexto original: esta liberação é uma “condição fundamental para o reconhecimento de uma instância crítica no interior da interpretação”, diz Ricœur (1977, p. 136). Por isso, complementa, “a hermenêutica não se define pela procura de um outro e de suas intenções psicológicas, que se dissimulariam por detrás do texto”, nem pela “desmontagem de estruturas [objetivas] do texto” (Ricœur, 1977, p. 56), mas antes pela interpretação do seu significado histórico mais ou menos global a partir do ponto de vista que se adotou e do distanciamento que se estabeleceu entre a criação da obra e sua recepção pelo intérprete (Ricœur, 1977, pp. 43–59).

Deve-se considerar, no entanto, que a apropriação em juízo, todavia, também não é puramente historicista, simples relato, visto, no caso, também almejar a crítica, isto é, pretender “tomar posição em relação à obra”, “julgá-la afirmativa ou negativamente” em relação às circunstâncias que determinaram sua trajetória durante o período de tempo em consideração na pesquisa (Habermas, 1987, pp. 86–97).

Ainda que a natureza do objeto impeça a prova cabal, mantenha o ajuizamento na esfera da hipótese racionalmente documentada, nada impede que o estudo avalie se os argumentos e a causa contidos na obra em exame seguem plausíveis, se ainda se sustentam histórica e epistemologicamente, passado um intervalo de tempo desde sua primeira proposição.

Revelando um pensamento cuja importância para a comunidade dos interessados em teoria sobre jornalismo a própria argumentação deve demonstrar, objetiva-se, portanto, aqui suscitar curiosidade e, talvez, reflexão sobre um tema de potencial interesse, ciente de que, surgindo debate, sua base eventualmente pode se mostrar prejudicada em parte de suas conclusões quer pela ignorância de documentos, quer por erros de raciocínio e avaliação (Habermas, 1983, pp. 258–261).

Marques de Melo se formou intelectualmente na conjuntura do pós-guerra, em marco mais ou menos igualmente devedor da renovação democrática do pensamento liberal brasileiro e da doutrina nacional-desenvolvimentista então surgida em vários países da América Latina. Partindo desta e outras premissas, julga-se nessas páginas que é possível revelar e expor com algum ordenamento intrínseco, se não teoria, pelo menos um pensamento de cunho singular e autoral na sua obra sobre jornalismo. A hipótese é a de que, subjacente às suas análises existe — mesmo que prejudicada — uma doutrina política, variante do pensamento liberal brasileiro, conforme o texto procurará dar razões considerando sobretudo a obra, a documentação objetiva, listada nas referências.

Tendo sido introdutor da análise descritiva de conteúdo no início dos anos 1970 (Marques de Melo, 1972; Ferreira, 2013), o autor adquiriria renome ainda maior estudando o problema dos gêneros jornalísticos (Marques de Melo, 1985, 1992). Fazendo contraponto, argumentaremos a seguir que, em vez disso, sua obra importa porque foi expressão das contradições do liberalismo democrático-desenvolvimentista brasileiro com a realidade nacional. Virar-se para a historiográfica teria sido, no seu caso, efeito do impasse a que levou sua fidelidade a um pensamento jornalístico que, malgrado seus méritos intrínsecos, sempre esteve em descompasso com a vida nacional.

## 2 Fundamentos da teoria da imprensa de José Marques de Melo

Iniciador da pesquisa acadêmica em jornalismo no Brasil (Vizeu, 2007; Brito, 2018), Luiz Beltrão (1918–1986) patrocinou o ingresso de José Marques de Melo na área e, em parte, o influenciou na carreira. Quer num, quer noutro, porém, fundamental foi a assimilação latino-americana da *communication research*, originada nos Estados Unidos, feita no âmbito do Ciespal. Marques de Melo se tornou sujeito político intimado pelo bacharelismo jurídico brasileiro de inclinação católica e liberal, do qual também foi criatura Luiz Beltrão<sup>3</sup>. Formação acadêmica específica na área que lhe trouxe fama, todavia, deveu-se sobretudo à influência exercida na década de 1960 pelos conceitos difusionistas e teorias desenvolvimentistas postas em circulação entre o pessoal ligado à área de mídia e jornalismo a partir do referido centro no Equador.

Marques de Melo retornou do curso de pós-graduação que lá realizou, com incentivo de Beltrão, não apenas convertido ao credo na Comunicação oriundo dos Estados Unidos, mas convicto de que a solução dos problemas nacionais, que desde jovem lhe preocupavam na condição de simpatizante do Partido Comunista e militante da Ação Social Católica, seria obtida com o emprego da imprensa e outros meios de informação em favor do que passara a ser chamado de desenvolvimento social e econômico (Furtado, 1961; Jaguaribe, 1962; Bresser-Pereira, 1968). “Como cidadão, nunca hesitei em defender francamente o que desejava para minha sociedade e para o meu povo. Tudo isso está contido nos livros que escrevi”, fez ele profissão de fé em 2003 (Marques de Melo, 2005a, p. 121).

Deixando de lado, por motivo de espaço, a questão mais ampla da Comunicação (ver Peruzzo, 2014, pp. 175–188), será notado neste artigo apenas o quanto a doutrina liberal-desenvolvimentista influenciou em sua teorização a respeito do jornalismo. Após a Revolução de 1930, houve no Brasil um processo de substituição das importações de produtos manufaturados que promoveu progresso econômico e social nas maiores cidades. Procedendo à síntese entre a doutrina liberal oriunda do século XIX e o pensamento desenvolvimentista surgido na década de 1950, Marques de Melo esboçou no Brasil uma variante nacional da doutrina da responsabilidade social com que, nos Estados Unidos, havia se corrigido os excessos do liberalismo (Peterson, 1956, pp. 73–102).

Animou-lhe a obra, desde o início, a tese, oriunda de seu ídolo, Rui Barbosa, de que, “quando a força da imprensa desponta



nas sociedades democráticas, instaurando-se a mediação de jornais e jornalistas em relação ao exercício dos poderes constituídos, cria-se a metáfora do quarto poder, legitimador da vigilância da sociedade civil diante do aparato governamental” (Marques de Melo, 2004a, p.11). No entanto, havia outro motivo, de procedência em parte local, noutra latino-americana. Marques de Melo pensou o jornalismo em meio à experiência de que, apesar de estar se desenvolvendo, seu país seguia, como ainda hoje, marcado pela marginalidade econômica da maioria da população. Foi partindo daí que interveio originalmente no processo de revisão que a teoria do desenvolvimento passou a sofrer durante os anos 1970 (Santos, 2000).

Até a ditadura do Estado Novo (1937–1945), o jornalismo servira no Brasil de tribuna livre para a veiculação de bandeiras políticas e a defesa das causas nacionais pregadas pelo setor letrado, constituído hegemonicamente pelo estamento jurídico (Adorno, 1986, pp.157–234; Miceli, 1979; Capelato, 1989). Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Marques de Melo se adaptou e seguiu em sua carreira o modelo intelectual, oriundo do liberalismo oligárquico da Era Imperial (Nogueira, 1984), em meio à situação criada com o processo de industrialização da atividade econômica e democratização das estruturas institucionais a partir de 1945 (Paim, 1984). Amparado em Rui Barbosa e Barbosa Lima Sobrinho (Marques de Melo, 2012a, p.197), ele, primeiro, se deixou influenciar e adotou acriticamente a doutrina liberal do Jornalismo (Marques de Melo, 1965). Mais tarde, acrescentou-lhe o verniz representado pela teoria do Direito à informação (Marques de Melo, 1986), conforme apresentada pela doutrina social da Igreja (Marques de Melo, 1981b)<sup>4</sup>. No entanto, só se credenciou como pensador do assunto porque, ao contrário de outros que as seguiram separadamente, integrou estas influências em síntese onde desponta sua apropriação pela doutrina desenvolvimentista aprendida dos cispalinos no curso dos anos 1960.

Antes e depois dele, autores brasileiros teorizaram sobre o jornalismo com ensaios e tratados de cunho genérico, sem atentar para peculiaridades locais e circunstâncias específicas. Marques de Melo, ao contrário, pensou sobretudo seu significado e situação no Brasil, objetivando emprestar-lhe legitimação acadêmica como área de estudo autônoma a partir de perspectiva liberal-desenvolvimentista. Vivenciou e procurou pensar a transição do jornalismo boêmio, romântico, para o jornalismo profissional, destinado a formar e informar a opinião pública de modo mais técnico, subscrevendo

a tese de que “o desenvolvimento econômico e social dos povos está sujeito, em grande parte, à orientação criteriosa que lhes é proporcionada pelos homens que têm nas mãos os recursos para a divulgação de fatos e ideias” (Ammirato, 1963, p.59; ver Marques de Melo, 1965).

Fora breve período em torno de 1970, quando chegou a flertar com a tese nacionalista de que nossa imprensa seria força a serviço de interesses alienígenas (Rabelo, 1966; Marques de Melo, 1971, 1976) e, depois, no início dos anos 1980, quando ajudou a difundir ideias dos defensores da Nova Ordem Internacional da Informação (Matta, 1980; Beltrán & Cardona, 1982; Marques de Melo, 1985), Marques de Melo sempre evitou a teoria do bode expiatório, a saída barata que consiste em pôr nos outros a culpa por nossos problemas, preferindo pensar o assunto desde uma perspectiva que se pretendia ao mesmo tempo brasileira e latino-americana.

Todavia cobrou-lhe preço, que as ligações com a ação social da Igreja Cristã só em parte reduziram, a fidelidade às origens de intelectual pequeno-burguês interessado em pensar e mudar o país no marco do liberalismo bacharelesco. Credo que “o jornalismo deve ser, antes de mais, pensado a partir do próprio jornalismo” (Sousa, 2010, p. 56), impediu-se o autor de ver o quanto suas próprias ideias a respeito extrapolavam tal marco. Pior ainda, manteve coerência que, admirável do ponto de vista ético, da salvação de sua alma, como diria Weber, cegou-lhe o pensamento para os limites do liberalismo que informava aquela coerência possui em país com a história que tem o Brasil (Schwarz, 1977, 1999; Ricúpero, 2013).

Subjacente à sua abordagem do jornalismo se encontra o enfrentamento com o paradoxo que representaria a incapacidade de o desenvolvimento econômico erradicar a pobreza e instaurar uma cidadania plena no Brasil. O fato de, neste último, seguir enorme o número de excluídos social e economicamente, não se chegar à ordem pautada pela justiça social. Em sua obra, a razão de ser está, mais do que no problema, na proposta ou necessidade de desenvolvimento nacional (Marques de Melo, 2011).

Democrata liberal de inclinação cristã, para quem sempre foi importante “valorizar a imprensa como canal de difusão das ideias católicas” (Marques de Melo, 2004b, p.16 – vide abaixo, nota 5), ele defendeu ao longo da carreira que o ensino de Jornalismo brasileiro deve:

ultrapassar a caricatura balzaquiana que nos tem induzido a privilegiar a formação aristocrática de jornalistas comprometidos com os interesses das elites cultas ou medianamente educadas. Precisamos engendrar estratégias discursivas sintonizadas com o repertório das populações subinformadas e aplicar táticas motivadoras do apetite cultural daqueles bolsões marginalizados da sociedade de consumo. (Marques de Melo, 2012a, p. 136).

Significa histórica e analiticamente que, em sua obra, o jornalismo é visto como ponto de convergência entre comunicação e desenvolvimento, forma sem a qual não há como chegar à plena cidadania no Brasil. Segundo o autor, a função do jornalismo é orientar o cidadão na tomada de decisões que “traduzam a sua participação integral na sociedade” (Marques de Melo, 1971, p.78). O jornalismo é um fenômeno universal, cujas origens são europeias, mas o desenvolvimento em terras brasileiras conhece circunstâncias que lhe alteram os padrões de funcionamento. O país conferiu-lhe características relativamente originais, como, a despeito da falta de verdadeira análise comparativa, sustentaria, por exemplo, seu estudo sobre os gêneros opinativos.

Temos um jornalismo morfológicamente distante dos padrões portugueses, mas que também não constitui uma cópia dos modelos franceses e norte-americanos [...] o jornalismo brasileiro estruturou-se criativamente, absorvendo com seletividade os modelos que se nos insinuaram ou impuseram, adquirindo feição diferenciada. (Marques de Melo, 1985, p.132).

Ocorre que, a despeito dos avanços tecnológicos, do gabarito de seus profissionais, dos progressos na organização empresarial e da conquista da liberdade de imprensa após 1984, não teria se verificado a transformação do jornalismo em agente do desenvolvimento nacional. Em geral, a informação teria seguido sendo “privilégio das elites nacionais” (Marques de Melo, 2003, p.147). Os pobres não se converteram em cidadãos, isto é, não se beneficiaram da liberdade de imprensa e dos progressos no jornalismo. “Marginalizados da cultura letrada, eles não participam equitativamente das oportunidades de ascensão social que a sociedade democrática lhes oferece” (p.157).

Tendo apenas entrevisto a situação que surge com as novas redes sociais, sustentadas pelo poder econômico privado transnacional, Marques de Melo reconheceu “o esforço que vem fazendo o governo para ampliar as fronteiras da sociedade da informação em território nacional” (Marques de Melo, 2012a, p.157). Em que pese a comunicação eletrônica haver acabado com “a exclusão midiática”, entretanto seguiu sendo convicção sua que:

Os grandes contingentes da nossa população permanecem à margem daquela liberdade constitucional. Deixando de usufruir tanto da prerrogativa da livre expressão quanto do direito de ter acesso à informação que os habilita à plena cidadania e consequentemente à participação integral na vida democrática. (Marques de Melo, 2003, p.147).

Vítima de um misto de cegueira ideológica e discurso desejanter, Marques de Melo projetou abstratamente no país a experiência de uma classe média escolarizada da qual foi portavoza, sem perceber suas divisões, sua insignificância demográfica e, principalmente, sua tendência ao desaparecimento em meio às tendências niveladoras do que foi chamado de novo capitalismo (Sennett, 2006; Guerra, 2006; Porchmann, 2015). Adotando uma visão abstrata, essencialmente bacharelesca, incapaz de perceber os efeitos perversos da conjunção entre um sistema de poder oligárquico e o modelo de capitalismo associado (Faoro, 1975; Schwartzman, 2003) dentro da própria coisa, isto é, do jornalismo, pôs na conta da educação nacional a formação de uma cidadania que a imprensa periódica, informando, mantendo atualizada, capacitaria a exercer o poder público em bases cada vez mais amplas e democráticas.

### **3 Problemas do historicismo liberal-desenvolvimentista**

Por tudo o que foi dito, verifica-se sem espanto porque, em sua maneira de pensar, o jornalismo paradoxalmente surja como uma grandeza negativa, como promessa continuamente postergada, muito mais do que como força realmente transformadora, operante na práxis nacional. Marques de Melo arbitrariamente atribuiu ao jornalismo uma missão, que seria a de incentivar o desenvolvimento nacional e, em paralelo com isso, de assegurar o direito à informação aos cidadãos. No entanto, seguiu argumentando, ao longo de sua carreira, que sua condição, em nosso país, é, em sua essência, a de uma instituição permanentemente atrasada em termos históricos e sociológicos.

Progressivamente classificatória em seus procedimentos, Marques de Melo fundou hermeneuticamente sua análise do jornalismo em historicismo de acento político-sociológico no tocante à fundamentação epistemológica. Demonstra-o seu primeiro trabalho de fôlego, a tese de doutoramento defendida em 1973, republicada com o título de *História Social da Imprensa* em 2003. Resumidamente, visa a obra apontar os fatores socioculturais que determinaram o

atraso em seu surgimento no Brasil (1808). Aparentemente simples, o objetivo esconde enorme problema epistemológico. “Admitindo como premissa básica que houve um retardamento [...] na implantação da imprensa na sociedade brasileira” (Marques de Melo, 1973, p.110), cria fato cuja existência para os sujeitos da época em exame na obra ele não demonstra.

Marques de Melo herdou acriticamente de eruditos que lhe precederam, Werneck Sodré ([1966] 1998, pp.19–33) por último, a postulação a-histórica de que houve um atraso no desenvolvimento da imprensa para, paradoxalmente, argumentar que este atraso é, em última análise, a principal causa do seu permanente subdesenvolvimento no Brasil. Contrapondo linearmente passado e futuro, atraso e progresso, não apenas sugeriu hierarquia em que a forma impressa, moderna, do jornalismo foi paradigma das análises, mas pôs na conta do subdesenvolvimento desta instituição a sua fortuna como atividade supostamente destinada a colaborar para a redenção do país.

Influído ideologicamente pelo desenvolvimentismo, instituiu norma e a converteu em fato, pois, salvo prova documental em contrário, o atraso no desenvolvimento da imprensa é uma construção político-ficcional que nunca se colocou como fato aos sujeitos históricos a que se refere até, pelo menos, 1808. Noutros termos, subordinou sua teoria sobre o jornalismo a um esquema historicista de cunho liberal-desenvolvimentista em que a imprensa empresarial moderna era, mais que à medida, a consumação ou destino terminal de o que, no mesmo período, a academia começara a chamar de processo da comunicação.

Vendo bem, o verdadeiro ponto em questão no argumento do atraso não é, portanto, historiográfico, mas político-doutrinário, de filosofia da história:

Os obstáculos que se antepuseram ao surgimento prematuro da imprensa na antiga colônia portuguesa são os mesmos que **impedirão** um crescimento das atividades editoriais e jornalísticas no Brasil independente. (Marques de Melo, 1973, p.19, grifo dos autores).

Karl Popper falou do historicismo como miséria do pensamento (Popper, 1980). Apesar de, para nós, não ser sempre o caso, é certo que, às vezes, ele pode sê-lo. Marques de Melo seria exemplo do problema: foi prisioneiro de uma miséria do historicismo. Sujeitando o processo concreto à doutrina pouco flexível, sua análise

da imprensa periódica não levou em conta o jornalismo como ação influenciada por interesses em conflitos em situações determinadas cujo rumo não se decide teoricamente.

A perspectiva com que abordou o tema foi, até o final, linear e monocórdia:

As carências socioculturais que tornaram a imprensa uma instituição sem função eficaz na estrutura da sociedade colonial são exatamente as mesmas que permaneceram imutáveis em bolsões do território nacional ou se desenvolveram lentamente, respaldando a defasagem ou o raquitismo das nossas experiências de comunicação impressa. (Marques de Melo, 2005a, p.73).

Passando muito por alto os compromissos da imprensa com o sistema oligárquico nacional e as mazelas que lhe impõe a dependência à iniciativa empresarial capitalista em tal situação, Marques de Melo se esforçou para crer que a economia de mercado e a formação profissional permitiriam ao jornalismo superar o atavismo nacional da má informação, vencer o subdesenvolvimento do potencial conscientizador contido na imprensa, que ele, como estudioso, não teve como examinar de forma mais rica, só conseguiu ver como uma espécie de “mal endêmico”, aberração histórica inscrita na vida nacional.

Marques de Melo viu bem e muito cedo que, no Brasil, dada a precariedade da instrução pública, a grande imprensa, realmente profissional, atua apenas junto aos círculos formadores de opinião (Marques de Melo, 1971, p.102). À falta de reflexão mais profunda e específica, todavia não foi, a exemplo da maioria de seus concidadãos, além da pregação abstrata em favor da educação e o apelo à consciência cívica das elites no enfrentamento do problema. Marques de Melo definiu como anomalia funcional o fato de o mercado se encontrar restrito à elite, isto é, ao “setor beneficiário do progresso nacional”, à “pequena faixa população beneficiada pelo modelo de desenvolvimento”, que limitou o jornalismo em suas funções de opinião e informação, isto é, como fator de desenvolvimento (p.76).

Onerou-lhe em demasia a ilusão epistemológica por ele defendida de que a imprensa deve ser explicada a partir dela mesma. Marques de Melo jamais cogitou explicá-la pela restrição da cidadania criada pelos séculos de escravismo e as contradições do sistema de poder oligárquico com o desenvolvimento do capitalismo. Identificando-se abstratamente com o interesse econômico das empresas, não adentrou na análise dos compromissos políticos

que, até agora, impedem este setor de, por meio do jornalismo, sustentar um projeto de mudança capaz de integrar grandes massas da população à plenitude da vida nacional.

Apesar de ter observado os momentos em que o jornalismo agenciou movimentos de reforma política, intervindo criticamente contra o sistema de poder vigente, Marques de Melo, em última análise, não foi além da pregação abstrata do progresso econômico e social no sentido do alargamento do mercado e, assim, do desenvolvimento do jornalismo, estabelecida em sua crítica a Alberto Dines (Marques de Melo, 1971).

Apanhado em suas aporias, o autor encaminhou-se para o final de carreira sem ver a inclusão dos setores populares no processo de formação da cidadania através da imprensa que desejava e cujos problemas, em nosso meio e segundo nosso juízo, ele não logrou diagnosticar a contento. Incapaz de explicar “os sintomas de exaustão” do jornalismo tradicional em meio as audiências em via de instauração com a nova mídia (Marques de Melo, 2006, p.vi), ele, pateticamente, passou a nutrir esperança abstrata numa redenção que, em seu ver, talvez pudesse vir do entretenimento.

Significaria, talvez, que, no fim, Marques de Melo estava disposto, sem saber, a flertar acriticamente com o pós-modernismo, a admitir que o entretenimento, ao contrário do que julgara de início, não é um anestésico social (Marques de Melo, 1981a) mas, sim, o meio destinado a preencher “a falta de um jornalismo para as massas e não para as elites” em um país como o Brasil (Marques de Melo, 2005a, p.60).

#### **4 A teoria do jornalismo**

Ordenando sua obra em função da ideia de falta: falta de desenvolvimento da imprensa periódica, circunscrita à “fatia minoritária da sociedade” (Marques de Melo, 2012a, p.156), mas também falta de jornalismo sério e responsável, inexpressivo até mesmo nos bolsões afluentes, Marques de Melo acabou não se salientando na análise de suas manifestações concretas, muito menos no exame de suas contradições objetivas. No tocante ao jornalismo, sobressaiu-se o autor principalmente como doutrinador e memorialista. Vendo o jornalismo como atividade de direito público assegurado pelo empreendedorismo privado em um ambiente democrático, seus feitos, no tocante à pesquisa empírica, foram

notadamente no campo da análise morfológica de conteúdo (Marques de Melo, 1972) e na classificação tipológica de gêneros (Marques de Melo, 1985).

Marques de Melo elaborou tese da qual se tornou prisioneiro, ao durkheimianamente postular que a imprensa periódica, produto da solidariedade orgânica, é uma instituição funcional cuja inibição ou atrofia, havendo, deve ser superada, a fim de que ela possa auxiliar no progresso da vida nacional. Em seu ver, o fenômeno possui um potencial emancipatório que todavia precisa ser destravado por meio de um aprimoramento do sistema educacional como um todo, inclusive no que diz respeito à formação dos jornalistas, apesar de ele não ter examinado o assunto, limitando a comentar e fazer especulações a partir de leitura da obra de Paulo Freire.

Apesar de afirmar que a imprensa não tem, por si só, o condão de mudar a realidade, que ela pode, no máximo acelerar as mudanças, quando a sociedade já amadureceu para desencadeá-las, ele advogou a conversão dos jornais em “instrumentos socialmente úteis para os leitores”, a fim de “retirá-los da atrofia funcional que os caracteriza de longa data” (Marques de Melo, 1971, p. 77), sem esclarecer como isso poderia ocorrer em país marcado por população marginalizada economicamente e escolarmente, com baixo poder aquisitivo, regionalmente desigual etc. (p.81).

Significa que o autor viveu sem saber, sem submeter à reflexão crítica, o dilema que consiste em atribuir à imprensa uma influência positiva no desenvolvimento que a reprodução dos fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento nacional, notadamente a precária estrutura educacional, todavia bloqueia. Evitando analisar contradições e sinergias entre capitalismo dependente e indústria cultural, os efeitos deletérios do sistema oligárquico na operacionalização das políticas governamentais, o autor se deixou levar pela “mística” (Marques de Melo, 2011, p. 135) de um desenvolvimento mítico que magicamente “empurraria o Brasil em direção à Modernidade” (Marques de Melo, 1991a, p.7).

Marques de Melo subscreveu apressadamente as piores teses dos teóricos desenvolvimentistas, ao passar por alto o fato de que desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos ideológicos de um mesmo processo. Que este fato tem menos a ver com “a criação e à forma de difusão da tecnologia moderna” (Furtado, 1973, pp.8–9), do que com as contradições e conflitos presentes no capitalismo – fator-chave,



embora mal diagnosticado, para o desenvolvimento do Brasil na obra de Marques de Melo.

Campeão de uma sociedade civil por vir, ele preconizou que há que lutar pelo direito à informação tanto quanto pelo direito à educação, já que sem esta não haverá cidadania interessada em se informar sobre o que lhe determina a existência (Marques de Melo, 1986, pp. 65–82). Preferencialmente controladas pelo setor privado, pertencer-lhe-iam, em seu ver, a responsabilidade pela mudança social, pela formação política e pela integração da cidadania (Marques de Melo, 1971). Visto que “não há como ter desenvolvimento da comunicação sem ter desenvolvimento econômico” (Marques de Melo, 2018, p.180), ele, em última análise, pôs na conta do avanço do capitalismo e da profissionalização de suas atividades a missão de superar “o anacronismo das instituições que constituem nossa sociedade” (Marques de Melo, 2011, p.42), incluindo a suposta atrofia funcional das atividades jornalísticas.

Marques de Melo não foi além da objeção de cunho moral ao, muito vaga e frouxamente, acusar a presença de conteúdos alienantes, anestésiantes, como costumava dizer, na imprensa nacional. Jamais viu nisso uma expressão do fato de a notícia ser mercadoria, precisando atender às demandas dos consumidores em meio à sociedade capitalista. Apostando que a concorrência empresarial e o pluralismo da oferta, avançando a educação, se encarregariam de selecionar e aprimorar as fontes de informação, contava ainda que as referidas anomalias seriam paulatinamente corrigidas com o aperfeiçoamento da formação profissional da classe jornalística.

Apesar dos ensaios de avaliação mais crítica feitos ao final do Período Militar (1980–1985), ele reiterou ao fim a tese inicialmente defendida de que os jornais são “veículos difusores de informações fidedignas, corretamente selecionadas a partir de seu valor social e da opinião eticamente consistente” (Marques de Melo, 1971, p.77). Em última análise, sua visão era a de que “a função essencial do jornalista é a de informar de modo veraz o que acontece, podendo também emitir opiniões que contribuam para desvendar os cenários sociais” (Marques de Melo, 2005a, p. 71).

Influído pela recepção de Otto Groth, chegou, contraditoriamente, a arguir que o jornalista é “um mediador social, capaz de narrar os acontecimentos relevantes da sociedade, eventualmente valorando-os, de modo a permitir que os cidadãos tomem suas decisões cotidianas e formem seus próprios pontos de

vista” (Marques de Melo, 2005a, p.71). No final de carreira, reafirmou, porém o entendimento de início, segundo o qual o jornalista “forma a opinião pública, à medida que dissemina conhecimentos simplificados sobre a vida cotidiana e conduz os líderes de opinião, nos grupos primários, a tomar posição sobre os rumos da sociedade” (p. 71).

Marques de Melo acompanhou seu mestre e reciclou com o termo comunicação o entendimento beltraniano mais antigo, de que o jornalismo é uma função social cujas origens remontariam à pré-história (Beltrão, [1964] 2006). Subjacente às suas análises havia uma antropologia de corte progressista e liberal articulada em chave epistemologicamente funcionalista. De acordo com ela, o jornalismo responde à “necessidade passiva que tem todo indivíduo de estar sintonizado com o meio ambiente”, ao mesmo tempo que, fornecendo-lhe informações, possibilita que ele “desempenhe um papel ativo na vida da sociedade”. O fundamento da notícia, pouco importa o veículo, “reside no processo sociopsicológico que mantém uma coletividade íntima e permanentemente ligada a instituições complexas que procuram corresponder às suas expectativas de atualização cognitiva sobre a vida em sociedade” (Marques de Melo, 1991b, p.21, 2012a, p.180).

Significa que “tendo como nutriente a curiosidade humana, o jornalismo está ancorado naquele desejo de conhecer o que ocorre no meio ambiente, configurando o fenômeno caracterizado sociologicamente como uma materialização da ‘necessidade social de informação’” (Marques de Melo, 2012a, p. 166).

Enquanto viviam em comunidades fechadas que se bastavam a si mesmas, os seres humanos exercitavam diretamente a habilidade de saber o que acontecia ao redor. Mas a partir do momento em que alargaram seus horizontes cognitivos, interagindo a distância, os cidadãos começaram a demandar relatos capazes de lastrear suas decisões cotidianas. (Marques de Melo, 2012a, p.166, 1991b, p. 21).

Sempre à beira da confusão devido à sua confessa profissão de fé no ecletismo teórico, Marques de Melo contestou a doutrina da objetividade oriunda da escola norte-americana sem negar-lhe totalmente a propriedade, visto que, para ele, a essência do jornalismo é a informação, relativizando o opinionismo doutrinário da escola europeia, predominante no jornalismo brasileiro até, pelo menos, os anos 1950 (Marques de Melo, 1985). Durante seu período de maior radicalismo, ele falou negativamente do jornalismo como atividade

que teoricamente se despolitiza, à medida que “emergem os conceitos de objetividade, neutralidade e imparcialidade” (Marques de Melo, 1986, p.40). Tudo isso, escreveu, é mito, “ideia que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo o mundo” (p. 57), visto que na sociedade capitalista, em sendo liberal e democrática, sempre há diversos pontos de vista sobre o que está acontecendo.

O reconhecimento do fato, todavia, não deveria servir de licença para afirmar que “a mensagem jornalística é necessariamente politizada, naquela acepção persuasiva, instrumentalizadora, acalentada por tantos exegetas equivocados de Marx” (Marques de Melo, 1986, p.57). O jornalismo comporta autonomia o suficiente para admitir “a convivência e o confronto permanente entre diferentes modos de apreender e relatar o real” (p. 58). Ainda que só tenha condições de fornecer versões dos e opiniões sobre os fatos (pp. 95-107), “o jornalismo não exclui a reprodução verdadeira dos acontecimentos [dentro desses limites], seja qual for a orientação ideológica da instituição ou de seus profissionais” (p. 58).

Retomando tese defendida em sua primeira publicação (Marques de Melo, 1965), o depoimento a seguir, dado em seus anos finais, é muito claro nesse sentido:

[O jornalista] deve ter em mente o dever de respeitar a verdade. Acho que a geração de hoje muitas vezes embarca em canoas chamadas pós-modernas, em que se diz que tudo é comunicação e nada é jornalismo, e acaba se perdendo. Eu não vejo assim, eu acho que na verdade o jornalismo é a atividade que pressupõe a observação da realidade e essa realidade deve ser relatada verdadeiramente. Não estou dizendo imparcialmente, porque não existe jornalismo imparcial, existe jornalismo verdadeiro, no sentido de você mostrar que os fatos têm múltiplas dimensões, então compete ao jornalista mostrar todos os lados da notícia, do fato, do acontecimento e deixar que o leitor tome sua posição, que o telespectador tome a sua posição. Quando o jornalista tenta infligir o seu ponto de vista em um determinado fato, ele está deixando de ser jornalista para ser um publicitário, um propagandista. (Marques de Melo, 2008 como citado em Mattos, 2014, pp.256-257).

Para o autor, não há dúvida de que a empresa pauta os assuntos e exerce controle sobre o que vai ser dito pelos jornais, mas “tampouco sobre as possibilidades que têm os profissionais de interferirem nesse controle”, de modo que a informação que chega ao público “é produto de uma negociação entre as partes” (Marques de Melo, 1985, pp. 59-60). Flertando com sociologismo típico do período, chegou a afirmar em sua época de maior radicalismo que, em última análise, há “a imprensa burguesa e a imprensa das

classes subalternas” – “cada uma difundindo a sua visão de mundo” (p. 41). Ao mesmo tempo, porém, entreviu que “a veracidade [da informação] é uma consequência da disponibilidade de fontes de difusão jornalística que permitam à coletividade a confrontação dos fatos e de suas versões” (p. 58). Quando não há alternativa, verifica-se “o monopólio da imprensa hoje desfrutado pela burguesia” (p. 82) – o que acarreta que, no limite, mas não mais que nele, “a liberdade de imprensa e a liberdade de empresa não passem de mitos na sociedade capitalista” (p. 41).

Marques de Melo nunca pensou em uma revolução política e social para acabar com a situação: democrata radical e não um socialista, ele postulou a ampliação do princípio do direito à informação, em vez do controle estatal dos meios de informação. Após ter se definido em meados dos anos 1980 como “pessoa de esquerda” e “cristão”, ele, no período final, revisou ou esclareceu o primeiro julgamento, declarando-se “progressista” (Matos, 2014, p.27 e p.255). Afinal, jamais lhe ocorreu, na obra, pensar que as deformações do jornalismo, muito mais sua pouca influência na formação da cidadania do que sua manipulação ou exploração sensacionalista, se originassem dos pressupostos históricos em que se desenvolveu o capitalismo brasileiro.

Quando contestou o fato de, em nosso país, a liberdade de imprensa e o direito à informação serem “privilégio de poucos”, senão “estratégia política responsável pelo controle ideológico da sociedade” (Marques de Melo, 1984, p.99), não foi para acusar o sistema econômico e político, mas chamar o empresariado e a classe dirigente à responsabilidade. Marques de Melo queria uma imprensa comprometida “com a criação de uma nova sociedade, mais justa, mais fraterna e, por isso, mais cristã” (Marques de Melo, 1985, p. 59), supondo que isso poderia advir da mudança de consciência e do aprimoramento da educação, um processo combinado cujas circunstâncias e limites ele jamais analisou.

Apesar de seguir reafirmando a conclusão entrevista em sua tese (Marques de Melo, 1973) de que os problemas do jornalismo “só podem ser entendidos plenamente se localizados dentro das limitações estruturais do nosso desenvolvimento econômico”, visto que “o capitalismo dependente incrustado no país não logrou reproduzir as condições que marcaram a evolução da imprensa nas áreas pioneiras da industrialização”, ele se impediu de tirar as consequências. Em seu ver, os obstáculos que antepor-se-iam ao crescimento da imprensa

periódica no país: a) a incapacidade aquisitiva do povo brasileiro; b) o analfabetismo crônico; c) a falta de cidadania; e d) o elitismo da imprensa, que pouco ou nada se interessa pelos “temas e desejos das classes subalternas”, seriam ultrapassados com mais educação, profissionalismo e ação empresarial (Marques de Melo, 2006, pp. 87–88, 1985).

Apelando a um “atraso” virtualmente mítico que lhe percorreria a história, Marques de Melo se impediu ideologicamente de analisar mais a fundo porque a informação jornalística sempre foi, no país, um “privilégio da classe dominante” (Marques de Melo, 2006, p.131). A “socialização econômica” pela qual se deveria lutar e que se entrevê em sua obra é a que oferece o mercado e a atividade empresarial, visto ela não sugerir outro modo de “retirar a maioria de nossa população das condições de fome e miséria em que se encontra atualmente, integrando-a à vida nacional, em condições de participar plenamente da sociedade” (p.132).

Significa que a solução vagamente defendida nela para estes problemas, incluindo o subdesenvolvimento do processo de formação e informação da cidadania, seria, em última instância, mais capitalismo. Sem desenvolvimento econômico puxado pela iniciativa privada com ação complementar na educação por parte do Estado, não há como viabilizar o jornalismo nas suas funções de informação e opinião (Marques de Melo, 1971, p.77), assegurar socialmente o direito à informação sem a qual não se desenvolve a cidadania (Marques de Melo, 1986, 1971, p. 78).

Havia em Marques de Melo a crença liberal de que o jornalista bem formado pode ajudar a romper o atomismo, “superar o estágio de incomunicação em que vive o nosso povo, seja pelo seu isolamento em relação aos centros de decisão, seja pelo conformismo gerado pelos próprios meios de comunicação de massas, habilmente manipulados pela classe dominante” (Marques de Melo, [1985] 2006, p.132). Para ele, o objetivo sempre foi “neutralizar” este problema, radicalizar a democracia burguesa, via a ampliação do público liberal, “capaz de confirmar (cada versão) com outras” (Marques de Melo, 1986, p.105), via a criação de uma imprensa livre e responsável agenciada empresarialmente. Assim como o controle estatal dos meios de informação, instrumentalizá-los na luta de classes ou facções jamais fez parte de sua agenda intelectual.

## 5 Conclusão

Após a Revolução de 1930, dissemos, o Brasil, como outros países da periferia da ordem mundial capitalista, assistiu ao surgimento de uma série de ações econômicas e à ativação de políticas públicas que, com o passar do tempo e em meio a conflitos com outros projetos, institucionalizaram-se, a ponto de definirem o que veio a ser chamado desenvolvimentismo, sob impacto das propostas e trabalhos da Comissão Latino-Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Hegemônico a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956–1959), o desenvolvimento, para seus defensores, significava progresso econômico coordenado pelo Estado, ao contrário do sentido dado pelas correntes nacionalistas, que, em sua variante de esquerda (socialista), via no subdesenvolvimento efeito da dominação econômica externa, e, na variante de direita (neoliberal), sustentava que o atraso econômico seria superado mediante a abertura dos mercados ao investimento estrangeiro (Mendonça, 1986).

Sujeito engajado nesse processo, José Marques Melo se posicionou no campo dos estudos de Jornalismo como campeão da democracia como valor universal e teórico do que, provisoriamente ao menos, chamaríamos de liberal-desenvolvimentismo (Sallum Jr., 2013); isto é, uma tendência de pensamento antiautoritário, defensora da liberdade de iniciativa e associação, inclinada a ver na economia de mercado a melhor base para o desenvolvimento político e econômico nacional. Quis ver a comunicação desde a ótica que, rechaçando o nacionalismo tanto quanto o estatismo, privilegiaria o liberalismo econômico incentivado e planejado pelo Estado aberto à participação democrática, visto que:

Quando uma sociedade preserva o direito de expressão de suas elites e, ao mesmo tempo, garante o direito de informação ao conjunto de seus cidadãos está fortalecendo sua experiência democrática e se prevenindo contra os retrocessos constitucionais. Somente um povo bem informado é capaz de escolher governantes capazes de converterem a liberdade de imprensa em peça-chave de aperfeiçoamento democrático permanente. (Marques de Melo, 2005c, p.244).

Segundo José Guilherme Merquior (1991), podemos distinguir relativamente ao liberalismo as formas: clássica (estado constitucional baseado na organização da sociedade civil + livre iniciativa econômica), social (incentivo à democratização das

liberdades individuais + mecanismos de proteção social e econômica) e neoliberal (conservadorismo moral + individualismo competitivo + estado mínimo). Marques de Melo rejeitou abstratamente as características deste último modelo ao postular a implementação de um misto dos dois primeiros eventualmente influenciado pela doutrina social da igreja cristã (Marques de Melo, 1981b)<sup>5</sup>.

Ignorando a análise das contradições de nossa formação histórica, a reprodução sistemática da marginalidade econômica e social, e o caráter oligárquico das instituições políticas, preconizou que, em geral, a solução dos problemas nacionais seria fruto de progresso na educação comandado pelo poder público e, no que tange ao complemento que lhe traria o jornalismo, do desenvolvimento da livre iniciativa e do preparo para o exercício profissional. A condição para a independência do jornalismo e da informação sempre foi, em seu ver, manter as organizações “funcionando dentro dos princípios da economia de mercado” (Marques de Melo, 2005a, p.72).

Marques de Melo fez carreira longa sem lograr transcender as premissas que marcaram seu início, amparando-se metafisicamente em uma antropologia ingênua, oriunda de ideário liberal em descompasso com a experiência brasileira. Sensível à radicalização esquerdista que irrompeu entre os meios intelectuais em contato com a Igreja Católica, o autor chegou a aprofundar sua pauta liberal-desenvolvimentista, explorando o paradigma do conflito durante os anos 1980. Em última análise, no entanto, houve pouca ou nenhuma mudança na fundamentação da sua maneira de pensar o jornalismo.

Apenas no período final e de modo muito tímido, ele começou a examinar melhor o caso do jornalismo eletrônico e a entrever a exigência de superação das velhas doutrinas que, transformando-se a vida social, as contradições objetivas passaram a impor ao jornalismo aqui e alhures. Marques de Melo entreviu com dificuldade o impacto da mídia eletrônica sobre essa instituição, o modo como ela ajuda a manter o subdesenvolvimento da Galáxia Gutenberg no Brasil. Todavia, jamais se decidiu se era o caso de celebrar seu sucesso empresarial, contestar seu significado politicamente anestésico ou apenas fazer-lhe a crônica.

Vendo o jornalismo como instituição privada garantidora de um direito público em ambiente democrático, transitou da defesa dos interesses nacionais, supostamente ameaçadas pela influência estrangeira nos nossos meios de comunicação no início dos anos 1970, para uma posição favorável ao intercâmbio em pé de igualdade

com as forças internacionais no contexto do mercado no final dos anos 1980. Defensor do “desenvolvimento com justiça social” (Marques de Melo, 2011, p.11) e da “democracia como valor universal” (Marques de Melo, 1986), conferiu à educação e à imprensa uma capacidade de superar o sistema social excludente que negou à revolução. Para ele, seria da essência do jornalismo a capacidade de transcender as adversidades que, no caso brasileiro, lhe oporia, menos uma história marcada por sistema econômico excludente e o exercício do poder oligárquico, do que um mítico subdesenvolvimento nacional.

Apanhado ideologicamente em aporias, Marques de Melo encaminhou-se para o fim da carreira sem ver, do modo que esperava, a inclusão dos setores populares no processo de formação da cidadania por meio da imprensa. Frouxa e ingenuamente amparado nas doutrinas funcionalistas do início do século XX, sua condição de sujeito de classe média e intelectual reformista de formação liberal, ideologicamente inconformado com a realidade nacional, o levou a pensar a imprensa e o jornalismo como solução ao mesmo tempo necessária e ausente social e economicamente no capitalismo brasileiro.

Marques de Melo ao mesmo tempo se sub e supervalorizou, ao afirmar que, no seu último período de carreira, seu “papel no cenário latino-americano [era] muito mais o de um historiador crítico do que o de um protagonismo paradigmático” (Marques de Melo, 2005a, p.149). Supervalorizou-se porque sua historiografia jamais foi além da coleta, ordenamento e classificação de informações. Subvalorizou-se porque sua obra, não obstante os déficits epistemológicos, logrou constituir um momento reflexivo singular e original na trajetória do pensamento jornalístico brasileiro.

Exponente ainda não reconhecido de vertente minoritária e ainda pouco estudada do liberalismo nacional, Marques de Melo teve turvada pela utopia sua reflexão teórica sobre o jornalismo. Manteve até o fim um credo ingênuo, porque desconectado com a formação histórica do país, no poder salvífico de uma imprensa periódica livre, plural e acessível ao conjunto da população. Logo, proibiu-se de pensar adequadamente as características, intervenções e problemas do jornalismo, visto que, ideologicamente, predeterminou a sua essência e sentido em marco intelectual no qual o exame da realidade nacional acabou preterido em favor do enquadramento do fenômeno em teoria de cunho doutrinário.

Historiador idealista, no sentido de ignorar o modo como as ideias se inscrevem na práxis, sua visão da imprensa periódica



apoiou-se em indignação e boa vontade, sem conseguir ser crítica, incapaz que foi de refletir sobre os limites de desenvolvimento do ideário liberal no Brasil.

Julgar-lhe a obra intelectual exige levar em conta sua grandeza como pioneiro da área e sua tragédia como acadêmico até agora sem maior eco na articulação do pensamento jornalístico nacional.

## NOTAS

- 1 Surgindo a partir do final dos anos 1940, as áreas de Jornalismo, Publicidade, Cinema, Televisão etc. eram academicamente autônomas na universidade brasileira até 1969, quando passaram a ser habilitações do (novo) curso de Comunicação Social. Marques de Melo liderou o movimento responsável pela separação da área de Jornalismo aparecido a reboque da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo em 2003 (Meditsch, 2012). No entender do autor, apesar de os estudos de Jornalismo serem partes do campo da Comunicação, representam projeto separado, possuidor de história e identidade próprias (Marques de Melo, 2012b).
- 2 Considerando a história do pensamento jornalístico no Brasil, Marques de Melo formaria em nosso juízo grupo com, por exemplo, Alberto Dines (1974).
- 3 Inapto para Engenharia, Marques de Melo seguiu a outra recomendação de seu pai, graduando-se em Direito em universidade reconhecida por sua tradição liberal, sem deixar de realizar o desejo de cursar Jornalismo em universidade católica (Marques de Melo, 2015). “Iniciadora da formação acadêmica com espírito crítico no Brasil” (Paim, 1984, pp. 380–381), a Faculdade de Direito do Recife teve, no seu auge, a pretensão de “formar a nação através da ciência” (Bonet, 2004, p.141).
- 4 Filho de pequeno empresário liberal, Marques de Melo veio da classe média interiorana do nordeste brasileiro, tendo, como repetia, aprendido a ser católico com a mãe e tias, mulheres muito devotas. Estudou em colégio religioso e integrou a Juventude Católica, tanto no secundário quanto durante sua época de universitário (Matos, 2014, pp.106–107; Marques de Melo, 2018, p.170). Simpatizante da doutrina social da Igreja, atuou em São Paulo de maneira muito próxima à Arquidiocese (ver abaixo, nota 5) e, regularmente, obteve respaldo das editoras

Vozes, Loyola, Paulus e Paulinas. Autor de vários trabalhos sobre o assunto, Marques de Melo também foi orientador de inúmeras teses e dissertações a respeito mas, salvo falta de melhor informação, ainda não teve sua obra estudada por este ângulo, só indiretamente ligado a seu pensamento jornalístico (ver Marques de Melo, 1981b).

- 5 Respaljado pelas lideranças da Arquidiocese de São Paulo, Marques de Melo interveio decisivamente, a partir do final dos anos 1960, no processo de adaptação da Igreja Católica às mudanças no modo de vida ocorridas no correr do século determinada pelo Concílio Vaticano II (1961) (Marques de Melo, 2004b, p.16). Integrante do comitê responsável pela criação da União Cristã Brasileira de Comunicação Social em 1969, ele assumiu a presidência entre 1974–1975 (ver Matos, 2014, pp. 203–206) e, ao longo dos anos, militou pela renovação do ideário cristão no Brasil, via o desenvolvimento de novas práticas de comunicação (Stollmeier, 1996; Gomes, 2003). Viu nas últimas “avanços democratizantes”, capazes de fazer “com que as autoridades eclesiais se tornem intérpretes legítimos das aspirações das comunidades em que atuam e lideram, exercitando um tipo de poder compatível com a característica própria da vida comunitária [cristã]” (Marques de Melo, 2005b, p.30).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: JOSÉ MARQUES DE MELO<sup>6</sup>

Os trabalhos do autor e outros materiais estão ordenados conforme a data de publicação (do mais recente ao mais antigo), a fim de facilitar a consulta do leitor.

Marques de Melo, J., & Tufte, T. (2018). A comunicação serve para que? *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 41 (2), 169–185. DOI: 10.1590/1809-58442018210

Marques de Melo, J. (2015, 26 de fev.). *Memória Intercom*. Portal Intercom. <http://portalintercom.org.br/memoria/depoimentos/jose-marques-de-melo/entrevista>

Marques de Melo, J. (2012a). *História do jornalismo: Itinerário crítico, mosaico contextual*. São Paulo: Paulus.

Marques de Melo, J. (2012b, novembro). *A prima pobre das ciências sociais*. Pesquisa FAPESP. <https://revistapesquisa.fapesp.br/jose-marques-de-melo-a-prima-pobre-das-ciencias-sociais/>

Marques de Melo, J. (2011). *Brasil democrático: comunicação e desenvolvimento*. Brasília: IPEA.

Marques de Melo, J., & Vizia, B. (2010, 19 de nov.). *Falta uma pesquisa em comunicação genuinamente brasileira*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6479&Itemid=2](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6479&Itemid=2)

Marques de Melo, J. (2009a). *Jornalismo, compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva.

Marques de Melo, J. (2006). *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus.

Marques de Melo, J. (2005a). *Midiologia para iniciantes*. Caxias do Sul: Educs.

Marques de Melo, J. (2005b). *Comunicação Eclesial: Utopia e Realidade*. São Paulo: Paulinas.

Marques de Melo, J. (2005c). Exclución Comunicacional y Democracia Mediática. In J. M. de Melo, & L. Sathler (Orgs.), *Direitos à Comunicação na Sociedade da informação* (pp. 237-244). São Bernardo do Campo: Umesp.

Marques de Melo, J. (2004a). *A esfinge midiática*. São Paulo: Paulus.

Marques de Melo, J. (2004b). Comunicação e evangelização na sociedade global. *Estudos de Religião*, 17(26), 14–23. [Material impresso]

Marques de Melo, J. (2003). *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina.

Marques de Melo, J. (2000). *Gênese do pensamento comunicacional latino-americano*. São Bernardo do Campo: UESP.

Marques de Melo, J. (1992). *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo*. São Paulo: FTD.

Marques de Melo, J. (1991a). *Comunicação e modernidade*. São Paulo: Paulinas.

Marques de Melo, J. (1991b). Indústria cultural, jornalismo, jornalistas. *Revista Intercom*, 14 (65), 20–29. DOI: 10.1590/rbcc.v14i65.1320

Marques de Melo, J. (1986). *Comunicação, direito à informação*. São Paulo: Papyrus.

Marques de Melo, J. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.

Marques de Melo, J. (1984). *Estado, sociedade civil e comunicação*.

*Comunicação e Sociedade*, 6(12), 97-102. [Material impresso]

Marques de Melo, J. (1981a). *Telemania, anestésico social*. São Paulo: Loyola.

Marques de Melo, J. (1981b). *Comunicação e libertação*. Petrópolis: Vozes.

Marques de Melo, J. (1976). *Subdesenvolvimento, urbanização, comunicação*. Petrópolis: Vozes.

Marques de Melo, J. (1973). *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes.

Marques de Melo, J. (1972). *Estudo de jornalismo comparado*. São Paulo: Editora Pioneira.

Marques de Melo, J. (1971). *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

Marques de Melo, J. (1970). *Comunicação social: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes.

Marques de Melo, J. (1965). *Da responsabilidade social no jornalismo*. Recife: INCIFORM.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: ESTUDOS AUXILIARES

Adorno, S. (1986). *Os aprendizes do poder*. São Paulo: Paz e Terra.

Ammirato, G. (1963). *Homens e jornais*. Rio de Janeiro: Aurora.

Aragão, I., Morais, O., Pereira, C., Jaconi, S., & Gurgel, E. (Org.) (2013). *Fortuna crítica de Marques de Melo*. (Vols. 1-3). São Paulo: Intercom.

Aragão, I., Morais, O., Pereira, C., Jaconi, S., & Gurgel, E. (Org.) (2015). *Fortuna crítica de Marques de Melo*. (Vol. 4). São Paulo: Intercom.

Bahia, J. (2009). *Jornal, história e técnica* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Mauad.

Beltrán, L., & Cardona, E. (1982). *Comunicação dominada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Beltrão, L. (1960). *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir.

Beltrão, L. (2006). *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina: Omnia.

Bresser-Pereira, L. C. (1968). *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930–1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Bresser-Pereira, L. C. (2013). *O que esperar do Brasil?* Rio de Janeiro: Editora FGV.

Bonet, D. (2004). Humanismo latino e o ensino jurídico no Brasil. In L. Bombassaro, A. Dal Ri Junior & J. Paviani (Org.), *As interfaces do humanismo latino*. Porto Alegre: Pucrs.

Brito, N. (2018). Luiz Beltrão e os movimentos iniciais da pesquisa em Jornalismo no Brasil. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 5 (2), 24-40.

Capelato, M. H. (1989). *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense.

Dines, A. (1974). *O papel do jornal*. Rio de Janeiro: Artenova.

Faoro, R. (1975). *Os donos do poder* (2ª ed). Porto Alegre: Globo.

Ferreira, G. (2013). Os estudos de jornalismo comparado. In I. Aragão, O. Morais & S. Jaconi (Orgs.), *Fortuna crítica de Marques de Melo* (pp. 35–44). (Vol. 1). São Paulo: Intercom.

Furtado, C. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.

Furtado, C. (1973). *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gobbi, M. C. (Org.) (2001). *Grandes nomes da Comunicação: José Marques de Melo*. Recife: UNICAP.

Gobbi, M. C. (2010). Intellectual journey of José Marques de Melo: 1959–2009. In A. Hohlfeldt (Org.), *José Marques de Melo, construtor de utopias* (pp. 203-229). São Paulo: Intercom.

Goldmann, L. (1978). *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difel.

Gomes, P. (2003). José Marques de Melo e a comunicação cristã. *Anuário Unesco – Umesp de Comunicação Regional*, 7(7), 171–174. [Material impresso]

Guerra, A. (2006). *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez.

Habermas, J. (1990). *Para a reconstrução do materialismo histórico* (2ª ed). São Paulo: Brasiliense.

Habermas, J. (1987). *Hermenêutica filosófica: leitura tradicionalista e leitura crítica. Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre: LP&M.

Habermas, J. (1983). Interpretive social science vs. hermeneuticism. In N. Haan, R. Bellah, P. Rabinow & W. Sullivan (Orgs.), *Social science as moral inquiry* (pp. 251-267). Nova York: Columbia University Press.

Hohlfedt, A. (2010). *José Marques de Melo, construtor de utopias*. São Paulo: Intercom.

Hohlfedt, A. (2003). Luiz Beltrão: do jornalismo à literatura. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, XXVI (1), 69–78. DOI: 10.1590/rbcc.v26i1.1033

Jaguaribe, H. (1962). *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Matta, F. (1980). *A informação na nova ordem internacional*. São Paulo: Paz e Terra.

Mattos, S. (2014). *O guerreiro midiático* (2ª ed.). São Paulo: Intercom.

Meditsch, E. (2012). *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir*. Florianópolis: Insular.

Mendonça, S. (1986). *Estado e economia no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Merquior, J. G. (1991). *O liberalismo, antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Miceli, S. (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920–1945)*. São Paulo: Difel.

Mommsen, W. (1981). Pensamiento historico-universal y pensamiento político. *Max Weber*. Barcelona: Laia.

Nogueira, M. (1984). *As desventuras do liberalismo*. São Paulo: Paz e Terra.

Paim, A. (1984). *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio.

Peruzzo, C. (2014). Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In M. A. Neto (Org.), *Desenvolvimento nas Ciências Sociais o estado das artes* (pp. 161-195). Brasília: Sociedade, Política e Desenvolvimento (IPEA).

Peterson, T. (1956). The social responsibility theory. In F.S. Siebert, T. Peterson & W. Schramm (Orgs.), *Four Theories of the Press* (pp. 73-103). Urbana: University of Illinois Press.

Popper, K. (1980). *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix.

- Porchmann, M. (2015). *O mito da classe média*. Campinas: Boitempo.
- Rabelo, G. (1966). *O capital estrangeiro na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ricœur, P. (1977). *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Ricúpero, B. (2013). O lugar das ideias. *Sociologia e antropologia*, 3(6), 523–555. DOI: 10.1590/2238-38752013v368
- Rizzini, C. (1946). *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos.
- Roth, G., & Schluchter, W. (1979). *Max Weber's vision of history*. Berkeley: University of California Press.
- Sallum Jr., B. (2013). *O desenvolvimentismo e o Estado brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Santos, T. (2000). *A teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sell, C. (2013). *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis: Vozes.
- Schwarz, R. (1977). As ideias fora do lugar. In R. Schwarz (Org.), *Ao vencedor as batatas* (pp. 11-31). São Paulo: Duas Cidades.
- Schwarz, R. (1999). *Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Schwartzman, S. (2003). Atualidade de Raymundo Faoro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 46 (2), 207-213. DOI: 10.1590/S0011-52582003000200001
- Sodré, N. W. (1998). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Sousa, J. P. (2018). A história social da imprensa de José Marques de Melo. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 7 (2), 2–27. DOI: 10.26664/issn.2238-5126.7220187614
- Sousa, J. P. (2010). José Marques de Melo: teórico do jornalismo. In A. Hohlfeldt (Org.), *José Marques de Melo: construtor de utopias* (pp. 43-58). São Paulo: Intercom.
- Stollmeier, J. C. (1996). O pensamento de José Marques de Melo sobre o relacionamento da Igreja Católica com os meios de comunicação.

Anais do *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Porto Alegre. São Paulo: Intercom.

Vizeu, A. (2007). Beltrão, os estudos e as teorias do Jornalismo. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 3 (1), 13-34. DOI: 10.1590/rbcc.v30i1.278

**FRANCISCO RÜDIGER.** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, também leciona no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: frudiger33@gmail.br

**OTÁVIO DAROS.** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fellow do Laboratório de História da Comunicação na Universidade de Bremen. E-mail: otavio.daros@gmail.com